

TENSÃO ENTRE A COMUNIDADE EUROPEIA DE MOÇAMBIQUE E AS FORÇAS ARMADAS, NO INÍCIO DE 1974

No início de 1974 – espelhando bem o agravamento da situação militar em Moçambique –, registou-se uma acção de guerrilha nos arredores de Vila Manica¹ da qual resultou a morte de uma mulher branca. Este acontecimento iria desencadear uma série de manifestações da comunidade europeia radicada na região central de Moçambique, manifestações essas que viriam agravar as já pouco entusiásticas relações entre colonos europeus e Forças Armadas.

Assim, logo a 16 de Janeiro, numa reunião realizada em Vila Pery entre representantes do governo-geral, das Forças Armadas e dos colonos brancos, estes últimos declaravam arrogantemente que prescindiam da presença das forças militares e que desejavam assumir a repressão ao terrorismo. Para tal, pretendiam que lhes fornecessem armamento e meios de comunicação. Na manhã do dia seguinte, na cidade da Beira, algumas centenas de pessoas – na sua esmagadora maioria de raça branca – começaram a concentrar-se em frente do edifício do governo do Distrito, em claro apoio às posições tomadas pelos brancos de Vila Pery. Na ocasião, usando um megafone, o governador falou aos manifestantes, sendo insultado por alguns deles. Durante esta manifestação, que durou até às dez e meia da manhã, ouviram-se palavras de ordem de “*Vamos à Estância de Oficiais no Macúti*” e “*Esses gajos só estão ali a fazer turismo*”.² Em suma: tratava-se de pôr em cheque o comportamento dos militares no TO moçambicano, responsabilizando-os pela degradação da situação militar.

Horas depois desta manifestação, começou a ser evidente que se preparava, para o início da noite, uma nova concentração de brancos. Desta vez, o local escolhido era mesmo a Messe de Oficiais. Sigamos, a partir daqui, o relato oficial da Região Militar de Moçambique:

«À noite, cerca das 20h30, um grupo de manifestantes, da ordem das 300 a 400 pessoas, juntou-se em frente da Messe de Oficiais do Macúti, e aí deu expressão pública a acusações desprestigiantes para as Forças Armadas, sem que as forças policiais que antes da hora referida se tinham instalado na vizinhança da Messe tomassem a atitude mais adequada para evitar desacatos. Uma das exigências da multidão era de que se fechasse o bar da Messe, o que foi terminantemente recusado pelo oficial mais graduado ali presente. Devido à atitude agressiva da multidão e ao recrudescimento dos impropérios, e face ao apedrejamento do edifício da Messe, foi dada ordem para afastar os manifestantes.

Estes responderam com dois tiros de pistola, o que obrigou o contingente da PM, que, entretanto, tinha sido chamado, a fazer alguns tiros para o ar e carregar sobre a turba, para a dispersar. Nos distúrbios resultaram ferimentos num oficial e em oito civis.

No dia 18, conhecida a intenção de se realizar nova manifestação no final da tarde, foram tomadas medidas para evitar novos desacatos. Com efeito, por volta das vinte e trinta, começou a verificar-se intenso movimento de automóveis na avenida marginal, num e noutro sentido, o que obrigou a cortar o trânsito junto à Messe de Oficiais. Dada a aglomeração que se formou junto a uma das frentes de interrupção do trânsito, houve que fazer intervir a brigada de choque da PSP para dispersar a multidão, intervenção de que resultaram alguns

¹ Localidade situada junto à fronteira com a Rodésia, no corredor Beira-Untali.

² AAA – Relatório dos acontecimentos da Beira.

feridos. Houve, igualmente, tentativa de apedrejamento das casas de oficiais localizadas na avenida marginal, o que obrigou à intervenção duma pequena força da PM que tinha sido colocada em protecção desses edifícios.»³

Este episódio serve para ilustrar de forma eloquente o tipo de relacionamento afectivo existente entre as tropas expedicionárias e a parte da população que mais riscos correria no caso da sua retirada. Não é necessário ser muito entendido em questões militares para compreender o efeito devastador produzido, no moral das tropas, pelos acontecimentos da Beira. Constituiriam, de resto, um marco decisivo da caminhada para o *25 de Abril*, relançando, no seio do *Movimento dos Capitães*, a questão da guerra e permitindo sensibilizar oficiais até então renitentes em discutir os seus contornos políticos.

A manifestação dos colonos europeus, todavia, não é mais do que o reflexo da insegurança que começa a fazer-se sentir. Mas, na prática, só vem acentuar o fosso que, ano após ano, se vinha cavando entre colonos e tropas, por força da postura que cada parte adoptava perante a subversão. Nas vésperas do *25 de Abril*, o insuspeito *Jornal Português de Economia & Finanças* – afecto às correntes *ultra* do regime –, tecia, a propósito dos incidentes da Beira, as seguintes considerações:

«...nas cidades do Centro e do Sul de Moçambique, criou-se uma mentalidade errada cuja origem e fundamentos são difíceis de compreender à luz das realidades sobre o terrorismo no mundo de hoje. Essa errada maneira de ver cresceu da convicção de que o terrorismo era “lá no Norte, no longínquo Cabo Delgado, Niassa e Tete”, e, de qualquer maneira “no mato, nas aldeias ou aldeamentos indígenas, ou nas picadas isoladas e retiradas, onde de quando em quando os terroristas emboscam colunas militares”.

Paralelamente a essa maneira de pensar, outra, também errada, cresceu e se enraizou em certos sectores da população: a de que a luta contra o terrorismo dizia respeito, apenas ou quase exclusivamente, às Forças Armadas e ao Governo. [...]

Com esta errada maneira de ver e apreender as coisas, nada admira que, logo que o terrorismo começou a bater as linhas de comunicação vitais do Centro de Moçambique e a pôr em perigo a propriedade dos agricultores de origem europeia, aqueles que viam o terrorismo como uma “luta entre eles” – isto é, entre terroristas e militares, ou entre terroristas e população civil negra – e o consideravam acontecimento exclusivamente confinado ao Norte, concluíram ingenuamente que se tratava de um avanço resultante da “ineficiência das Forças Armadas”, do “malogro do sistema de aldeamentos”, de um aumento da “capacidade ofensiva da Frelimo face à incapacidade dos militares”, e todo o mundo de conclusões ingénuas e falsas deste teor.»

Depois de referir que o terrorismo era um fenómeno mundial que se manifestava mesmo nas sociedades mais desenvolvidas, o articulista prosseguia a sua análise dizendo:

«A grande tarefa contra o alastramento do terrorismo, em Moçambique, cabe hoje mais à parte civil que à parte militar, por muito que isto se pretenda ignorar e esquecer. Não é pelo medo das forças militares que os indivíduos deixam de aderir à Frelimo, mas por gozarem na sua terra de melhores condições de vida do que as por ela prometidas. [...]

O avanço do terrorismo da Frelimo regista-se exactamente onde há ou parece haver um desfasamento ou contradição entre a acção militar e a acção civil, entre a acção do

³ AAA – Circular n.º 2086/p P.º 218.01, da 5.ª Rep/QG/RMM, de 08-02-1974, assinada pelo Chefe do Estado-Maior, Brigadeiro Santos Correia.

Governo e a acção dos particulares. Se o que faz uma parte significa, ou parece significar, a negação do que faz a outra, aí têm terreno fértil os “comissários políticos” da Frelimo...»⁴

Pombeiro de Sousa – cônsul de Portugal no Malawi, por alturas do 25 de Abril, e elemento próximo do eng.º Jorge Jardim –, haveria de resumir o comportamento da população branca de Moçambique desta expressiva forma:

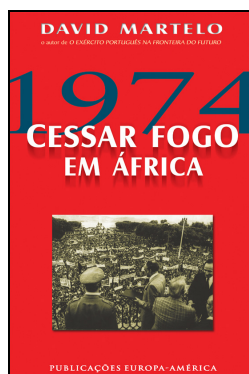
«... o branco estava-se “nas tintas” para a guerra. Ela era para ser feita por aqueles tipos que vinham da metrópole e mais nada...»⁵

Sentimento análogo, de distanciamento entre a população civil branca e o fenómeno da guerra, se verificava em Angola:

«No centro e no sul de Angola tinha-se a impressão de que se ignorava deliberadamente a luta no norte. Os brancos sentiam-se em sua terra — e seguros...»⁶

Quando um dia se fizer – com serenidade e sem procurar obter dividendos políticos conjunturais – a história do drama vivido pelos retornados do Ultramar, terá de ser dito, sobre o seu infortúnio, algo mais do que o relato das perdas humanas e materiais a que foram sujeitos pelas vicissitudes da descolonização.

David Martelo – 2000



Leitura complementar

⁴ MIGUEL A. MURUPA, *Moçambique - Considerações sobre o terrorismo*, In “Jornal Português de Economia & Finanças”, n.º 313 (16/30 Abril 1974). O dr. Murupa era um ex-dirigente da Frelimo que se entregara às autoridades portuguesas. Dirigia o semanário *Voz Africana*, pertencente ao Grupo “Notícias da Beira”, propriedade do eng.º Jorge Jardim.

⁵ MANUEL A. BERNARDO, *Equívocos e Realidades – Portugal 1974-1975*, Vol. I, p. 169.

⁶ ORLANDO RIBEIRO, *A colonização de Angola e o seu fracasso*, p. 161.